

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Mourão S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Regulatórias



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Mourão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Mourão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Green Power Mourão S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Mourão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Green Power Mourão S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Enel Green Power Mourão S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de abril de 2022.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Green Power Mourão S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.504	4.823
Títulos e valores mobiliários		18	-
Contas a receber de clientes	5	710	2.724
Outros tributos compensáveis		55	61
Créditos com partes relacionadas	8	856	824
Outros créditos		82	89
Total do ativo circulante		7.225	8.521
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios		3	3
Imobilizado	6	4.831	4.882
Intangível	7	23.039	23.945
Total do ativo não circulante		27.873	28.830
Total dos ativos		35.098	37.351
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	741	383
Folha de pagamento		85	46
Imposto de renda e contribuição social a pagar		150	176
Outras obrigações fiscais		80	83
Débitos com partes relacionadas	8	99	24
Dividendos a pagar		3.744	3.623
Taxas regulamentares		127	280
Outras obrigações		56	-
Total do passivo circulante		5.082	4.615
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	10	86	101
Total do passivo não circulante		86	101
Patrimônio líquido			
Capital social	11	25.600	25.600
Reservas de lucros		4.769	12.957
Dividendos adicionais propostos		8.116	
Prejuízos acumulados		(8.555)	(5.922)
Lucros (Prejuízos) do período			
Total do patrimônio líquido		29.930	32.635
Total dos passivos e patrimônio líquido		35.098	37.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração de Resultado

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Notas</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Regulatório</u>
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	14.288	11.506
	<u>14.288</u>	<u>11.506</u>
Deduções da receita bruta		
PIS	(112)	(84)
Cofins	(515)	(387)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(135)	(108)
Taxa de fiscalização	(47)	(41)
	<u>(809)</u>	<u>(620)</u>
Receita operacional líquida	<u>13.479</u>	<u>10.886</u>
Custos e despesas		
Energia elétrica comprada para revenda	(931)	(478)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(633)	(534)
Pessoal e administradores	(202)	(289)
Serviços de terceiros	(940)	(990)
Materiais	(91)	(72)
Seguros	(95)	-
Recuperação de gastos decorrente da repactuação do GSF	-	269
Depreciação e amortização	27.2 (1.243)	(1.228)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(115)	(2)
Outras despesas operacionais	(230)	(158)
	<u>(4.469)</u>	<u>(3.482)</u>
Resultado da atividade	<u>9.010</u>	<u>7.404</u>
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(46)	(26)
Receitas financeiras	453	417
	<u>407</u>	<u>391</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	<u>9.417</u>	<u>7.795</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(659)	(515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Lucro líquido do exercício	<u>8.758</u>	<u>7.280</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido do exercício	8.758	7.280
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>8.758</u>	<u>7.280</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	25.600	854	12.160	-	(4.419)	34.195
Dividendos adicionais propostos	-	-	(6.754)	-	-	(6.754)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.280	7.280
Reserva de capital	-	439	-	-	(439)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2.086)	(2.086)
Reserva estatutária	-	-	6.258	-	(6.258)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.600	1.293	11.664	-	(5.922)	32.635
Dividendos adicionais distribuídos e pagos	-	-	(8.758)	-	-	(8.758)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.758	8.758
Reserva legal	-	570	-	-	(570)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.705)	(2.705)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	8.116	(8.116)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.600	1.863	2.906	8.116	(8.555)	29.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Mourão S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.758	7.280
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	115	2
Provisão para processos judiciais e outros	(15)	
Depreciação e amortização	1.241	1.228
Repactuação do GSF	-	(269)
Imposto de renda e contribuição social correntes	659	515
	<u>10.758</u>	<u>8.756</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	1.899	(1.526)
Ativo financeiro - contas a receber vinculada à concessão	-	-
Tributos a compensar	6	12
Créditos com partes relacionadas	(32)	(401)
Outros créditos	7	(11)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	358	(202)
Folha de pagamento	39	3
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(35)	121
Débitos com partes relacionadas	75	(10)
Taxas regulamentares	(153)	65
Outras obrigações	56	-
	<u>12.978</u>	<u>6.807</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(653)	(531)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>12.325</u>	<u>6.276</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(18)	
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(284)	(439)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(302)</u>	<u>(439)</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(11.342)	(8.267)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(11.342)</u>	<u>(8.267)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	681	(2.430)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.823	7.253
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>5.504</u>	<u>4.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Mourão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Enel Green Power Brasil Participações Ltda., desde 03 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, cuja atividade operacional concentra-se na geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de Garantia Física de energia e potência, nos termos do Artigo 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, sendo tal atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia explora o potencial hidráulico de 8MW da UHE Mourão I, através do Contrato de Concessão nº 04/2016-MME-UHE MOURÃO I, com contrato vigente até 30 de dezembro de 2045, celebrado entre a União e a Enel Green Power Mourão S.A. no dia 5 de janeiro de 2016.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Perspectiva econômico-financeira

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Corona vírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

1.2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre -ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2022.

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações demonstrações regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na nota explicativa nº21.

2.2 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis regulatórias são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final do período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca de bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

O pronunciamento prevê três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual evidencia o valor útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais

estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

3.6. Ativo intangível

O ativo intangível é composto pela aquisição do projeto gerador. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada, limitada ao período de autorização.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.9. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente. Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Vale ressaltar que as mudanças descritas a seguir dependem de aprovação por parte do órgão regulador para que sejam devidamente refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados

serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos alterados	novos ou	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado		Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes		Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis		Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro		Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro		Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture		Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.12. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: provisão para desmantelamento e provisão para processos judiciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	891	2.538
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de depósito bancário (a)	<u>4.613</u>	<u>2.285</u>
Total aplicações financeiras	<u>4.613</u>	<u>2.285</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.504</u>	<u>4.823</u>

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber de clientes

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	7	-	-	7	1.552
Suprimentos de Energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	681	23	134	838	1.192
Total	<u>688</u>	<u>23</u>	<u>134</u>	<u>845</u>	<u>2.744</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(1)	(134)	(135)	(20)
	<u>688</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>2.724</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, no montante de R\$ 838, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológicos (*GSF – Generation Scaling Factor*). Em setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020 para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico para as usinas que comercializam energia no Ambiente de contratação livre - ACL. Dada a publicação da referida lei, que destrava as liquidações do MCP, a Administração acredita que em 2022 a inadimplência

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

seja totalmente recebida de acordo com o cronograma estipulado pela CCEE. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia em função desse assunto durante o exercício de 2021. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao saldo com alguns agentes desligados do MRE no exercício de 2019.

Movimentação de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	(20)	(18)
Adições (Reversões)	(115) -	(16) 14
Saldo no final do exercício	<u>(135)</u>	<u>(20)</u>

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída nos valores a receber ou saldo da dívida parcelada, a análise realizada pela Companhia é determinada através de avaliações individuais aplicando premissas e políticas consistentes, bem como julgamentos adequados sobre os valores a receber de seus clientes, avaliando os riscos associados a cada cliente e a probabilidade deste deixar de honrar com aquilo que é estabelecido no contrato celebrado entre as partes, essa análise é feita desde o reconhecimento inicial do direito de receber a contraprestação financeira pelo serviço prestado e produto vendido.

Adicionalmente, a Companhia também considera no modelo de determinação de perda esperada a existência de garantias reais.

6. Imobilizado

Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2020				Reclassificações (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A + B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (B)						
Geração	4.964	-	-	284	-	5.248	284	(723)	4.524
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	444	-	-	184	-	628	184	(31)	596
Máquinas e Equipamentos	3.742	-	-	-	(3.741)	1	-	(47)	(46)
Reservatórios, Barragens e Aduanas	689	-	-	100	3.741	4.530	100	(640)	3.890
Móveis e Utensílios	25	-	-	-	-	25	-	(5)	20
Veículos	64	-	-	-	-	64	-	-	64
Total do ativo imobilizado em serviço	4.964	-	-	284	-	5.248	284	(723)	4.524
Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2020				Reclassificações (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (B)						
Geração	346	244	-	(284)	-	306	244	-	306
Outros	346	244	-	(284)	-	306	244	-	306
Total do ativo imobilizado em curso	346	244	-	(284)	-	306	244	-	306
Total do Ativo Imobilizado	5.310	244	-	-	-	5.554	528	(723)	4.831

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		5.248	(723)	4.524	4.964	(428)	4.536
Custo Histórico	9,00%	5.248	(723)	4.524	4.964	(428)	4.536
Total do ativo imobilizado em serviço		5.248	(723)	4.524	4.964	(428)	4.536
Em curso							
Geração		306	-	306	346	-	346
Total do ativo imobilizado em curso		306	-	306	346	-	346
Total do ativo imobilizado		5.554	(723)	4.831	5.310	(428)	4.882

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Total
Compras em Andamento	-	184	-	184
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-
Outros	-	-	60	60
Total das adições	-	184	60	244

As principais taxas anuais de depreciação (%) por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de geração de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na com as dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço

As principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem Tangível	Valor
1	EDIFICAÇÕES, OBRAS E BENFEITORIAS	168.185
2	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO	82.597
3	SISTEMA DE MALHA DE ATERRAMENTO	16.900
4	OBRAS, EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	9.680
5	EDIFICAÇÕES, OBRAS E BENFEITORIAS	6.169
6	SISTEMA DE MALHA DE ATERRAMENTO	657

7. Intangível

O intangível é composto por gastos realizados com o projeto antes de ganhar a concessão e está constituído da seguinte forma:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Baixas	Valor bruto em 31/12/2021	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço						
Geração	28.266	42	-	28.308	(5.668)	22.640
Outros	28.266	42	-	28.308	(5.668)	22.640
Total do ativo intangível em serviço	28.266	42	-	28.308	(5.668)	22.640
Ativo Intangível em Curso						
Geração	400	-	(47)	353	-	353
Outros	400	-	(47)	353	-	353
Total do ativo intangível em curso	400	-	(47)	353	-	353
Total do Ativo Intangível	28.666	42	(47)	28.661	(5.668)	22.993

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir

Ativo intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020		
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		28.308	(5.668)	22.640	28.266	(4.721)	23.545
Custo Histórico	3,00%	28.308	(5.668)	22.640	28.266	(4.721)	23.545
Total do ativo imobilizado em serviço		28.308	(5.668)	22.640	28.266	(4.721)	23.545
Em curso							
Geração		353	-	353	400	-	400
Total do ativo imobilizado em curso		353	-	353	400	-	400
Total do ativo imobilizado		28.661	(5.668)	22.993	28.666	(4.721)	23.945

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 11, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020		
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)
Compartilhamento das despesas comuns do grupo / transferência de custos	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	-	41	4	-
	Enel Green Power Paranapanema	540	12	3.546	3	11	-
	Enelpower do Brasil Ltda	-	-	-	-	-	-
	Enel Brasil S.A	41	78	(73)	-	-	-
	Apiacas Energia S.A	25	9	-	25	9	-
	Enel Distribuição Rio (Ampla)	24	-	276	23	-	261
	Celg Distribuicao S.A. Celg D.	31	-	349	28	-	-
	Enel Distribuição Ceará (Coelce)	28	-	305	24	-	274
Compra e Venda de energia	Primavera Energia S.A	75	-	-	75	-	-
	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.	92	-	1.035	90	-	986
	Enel Green Power Fazenda	-	-	-	-	-	-
	Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGFT	-	-	(4)	515	-	515
	Enel Goiás	-	-	-	-	-	321
		856	99	5.434	824	24	2.357

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

9. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelo provisionamento das obrigações a pagar aos fornecedores referentes à manutenção das operações da empresa, conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargo de Uso da Rede	16	8
Suprimento de energia	26	22
Materiais e serviços	699	353
Total	<u>741</u>	<u>383</u>

10. Provisão para processos judiciais

A Companhia possui ações de natureza cíveis e trabalhistas, com classificação de perda provável que estão provisionadas em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 86 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Cíveis	101	(18)	3	86
Total	<u>101</u>	<u>(18)</u>	<u>3</u>	<u>86</u>

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Cíveis	99	(2)	4	101
Total	<u>99</u>	<u>(2)</u>	<u>4</u>	<u>101</u>

A Companhia possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	2	1
Cíveis	50	60
	<u>52</u>	<u>61</u>

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 25.600, divididos em 25.600.100 ações ordinárias, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$1,00 cada, de propriedade da Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	25.600.100	100,00%	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	25.600.100	100,00%
Total	25.600.100	100,00%	25.600.100	100,00%

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

11.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

11.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

11.4 Distribuição de resultado – Lucro líquido societário

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido societário do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.743 (R\$ 3.623 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	11.391	8.783
(-) Reserva legal	(570)	(439)
Lucro líquido a destinar	10.821	8.344
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.705)	(2.086)
Dividendo adicional proposto	(8.116)	(6.258)
Saldo a destinar	-	-

12. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Regulatório</u>	<u>Regulatório</u>
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	14.288	11.506
	14.288	11.506
Deduções da receita bruta		
PIS	(112)	(84)
Cofins	(515)	(387)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(135)	(108)
Taxa de fiscalização	(47)	(41)
	(809)	(620)
Receita operacional líquida	13.479	10.886

13. Pessoal e administradores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal		
Remuneração	(104)	(166)
Encargos	(37)	(53)
Assistência médica	(10)	(21)
Participação nos lucros e resultados -PLR	(15)	(22)
Outros	(36)	(27)
Total	(202)	(289)

14. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	176	167
Atualização de créditos tributários	9	-
Outras receitas financeiras	268	250
Total da receitas financeiras	453	417
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(16)	4
Variações monetárias e cambiais passivas	(2)	-
Impostos sobre operações financeiras	(8)	(2)
Atualização financeira de provisões para processos judiciais	(3)	(8)
Outras despesas financeiras	(17)	(20)
Total da despesas financeiras	(46)	(26)
	407	391

15. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita de suprimento de energia elétrica	60.852	45.276
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	4.868	3.622
Rendimento de aplicações financeiras	74	282
Variações monetárias e cambiais ativas	28	-
Outras receitas	143	368
Total base de cálculo	5.113	4.272
Alíquota do imposto de renda (15%)	(767)	(641)
Alíquota do imposto de renda (10%)	(487)	(403)
Total do imposto de renda	(1.254)	(1.044)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	7.302	5.433
Rendimento de aplicações financeiras	74	282
Variações monetárias e cambiais ativas	28	-
Outras receitas	143	368
Total base de cálculo	7.547	6.083
Alíquota da contribuição social (9%)	(679)	(548)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.933)	(1.592)

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar, que resultam diretamente de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e créditos com parte relacionada, que também resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Ativo	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	5.504	5.504	4.823	4.823
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	18	18	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	710	710	2.724	2.724
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	741	741	383	383
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	99	99	24	24
Dividendo a pagar	Custo amortizado	2	3.744	3.744	3.623	3.623

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento dado as suas operações atuais).

a. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, mesmo havendo a concentração das contas a receber em poucos clientes, em função da reputação destas empresas e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022		66.398
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	6.569.700

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.

18. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5.504	-	5.504	4.823	-	4.823
Títulos e valores mobiliários	18	-	18	-	-	-
Contas a receber de clientes	710	-	710	2.724	-	2.724
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	-	-	14	-	14
Outros tributos compensáveis	55	-	55	47	-	47
Créditos com partes relacionadas	856	-	856	824	-	824
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	1.223	(1.223)	-	1.147	(1.147)	-
Outros créditos	82	-	82	89	-	89
Total do ativo circulante	8.448	(1.223)	7.225	9.668	(1.147)	8.521
Não circulante						
Depósitos vinculados a litígios	3	-	3	3	-	3
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	29.251	(29.251)	-	27.623	(27.623)	-
Imobilizado	5.260	(429)	4.831	5.310	(428)	4.882
Intangível	691	22.348	23.039	669	23.276	23.945
Total do ativo não circulante	35.205	(7.332)	27.873	33.605	(4.775)	28.830
Total dos ativos	43.653	(8.555)	35.098	43.273	(5.922)	37.351
31/12/2021						
31/12/2020						
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	741	-	741	383	-	383
Folha de pagamento	85	-	85	46	-	46
Imposto de renda e contribuição social a pagar	150	-	150	176	-	176
Outras obrigações fiscais	80	-	80	83	-	83
Débitos com partes relacionadas	99	-	99	24	-	24
Dividendos a pagar	3.744	-	3.744	3.623	-	3.623
Taxas regulamentares	127	-	127	280	-	280
Outras obrigações	56	-	56	-	-	-
Total do passivo circulante	5.082	-	5.082	4.615	-	4.615
Não circulante						
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	86	-	86	101	-	101
Total do passivo não circulante	86	-	86	101	-	101
Patrimônio líquido						
Capital social	25.600	-	25.600	25.600	-	25.600
Reservas de lucros	4.769	-	4.769	12.957	-	12.957
Dividendos adicionais propostos	8.116	-	8.116	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	(8.555)	(8.555)	-	(5.922)	(5.922)
Total do patrimônio líquido	38.485	(8.555)	29.930	38.557	(5.922)	32.635
Total dos passivos e patrimônio líquido	43.653	(8.555)	35.098	43.273	(5.922)	37.351

Notas	2021			2020			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
Receita operacional bruta							
Suprimento de energia elétrica	18.1	17.193	(2.905)	14.288	12.896	(1.390)	11.506
		17.193	(2.905)	14.288	12.896	(1.390)	11.506
Deduções da receita bruta							
PIS		(112)	-	(112)	(84)	-	(84)
Cofins		(515)	-	(515)	(387)	-	(387)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(135)	-	(135)	(108)	-	(108)
Taxa de fiscalização		(47)	-	(47)	(41)	-	(41)
Amortização bônus de concessão	18.1	(1.201)	1.201	-	(1.115)	1.115	-
		(2.010)	1.201	(809)	(1.735)	1.115	(620)
Receita operacional líquida		15.183	(1.704)	13.479	11.161	(275)	10.886
Custos e despesas							
Energia elétrica comprada para revenda		(931)	-	(931)	(478)	-	(478)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(633)	-	(633)	(534)	-	(534)
Pessoal e administradores		(202)	-	(202)	(289)	-	(289)
Serviços de terceiros		(940)	-	(940)	(990)	-	(990)
Materiais		(91)	-	(91)	(72)	-	(72)
Seguros		(95)	-	(95)	-	-	-
Recuperação de gastos decorrente da repactuação do GSF		-	-	-	269	-	269
Depreciação e amortização	18.1	(314)	(929)	(1.243)	-	(1.228)	(1.228)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		11	-	11	-	-	-
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		(115)	-	(115)	(2)	-	(2)
Outras despesas operacionais		(230)	-	(230)	(158)	-	(158)
		(3.540)	(929)	(4.469)	(2.254)	(1.228)	(3.482)
Resultado da atividade		11.643	(2.633)	9.010	8.907	(1.503)	7.404
Resultado financeiro							
Despesas financeiras		(46)	-	(46)	(26)	-	(26)
Receitas financeiras		453	-	453	417	-	417
		407	-	407	391	-	391
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		12.050	(2.633)	9.417	9.298	(1.503)	7.795
Imposto de renda e contribuição social correntes		(659)	-	(659)	(515)	-	(515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		11.391	(2.633)	8.758	8.783	(1.503)	7.280

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

18.1 ICPC01 – Contratos de concessão - Bonificação pela Outorga

18.1.1 Ativo financeiro - contas a receber vinculado à concessão

A Enel Green Power Mourão firmou em 05 de janeiro de 2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$28.609, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

O ICPC 01, é o pronunciamento/interpretação técnica apropriado para avaliação de qualquer aspecto relacionado aos contratos de concessão. Com relação aos investimentos realizados pela companhia para melhoria e manutenção das Usinas de Geração e outros ativos relacionados representa claramente parte do serviço prestado ao poder concedente, uma vez que não obstante a operação, a Companhia também é responsável pela manutenção de toda a Usina

Dessa forma, em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como 'empréstimos e recebíveis', inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

18.1.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL no nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Conforme descrito na nota explicativa nº 21.1, na contabilidade societária foi realizado o registrado do valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixado pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18.09.2015 e Edital do Leilão Aneel nº 12/2015, conforme dispõe a Lei nº 12.783/2013 que vem sendo amortizado de forma linear até o término do prazo da bonificação. Tal registro não se aplica para contabilidade regulatória, gerando assim, uma diferença com a contabilidade societária.

19. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Patrimônio líquido societário		32.635	38.557
<u>Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</u>			
Adoção ICPC01 - Bonificação pela Outorga	18.1	<u>(2.705)</u>	<u>(5.922)</u>
Patrimônio líquido regulatório		<u>29.930</u>	<u>32.635</u>

20. Conciliação lucro líquido societário e regulatório

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido societário		11.391	8.783
<u>Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</u>			
Adoção ICPC01 - Bonificação pela Outorga			
Atualização do bônus de concessão	18.1.1	(2.905)	(1.390)
Amortização bônus de concessão	18.1.1	1.201	1.115
Depreciação e amortização	18.1.2	<u>(929)</u>	<u>(1.228)</u>
Patrimônio líquido regulatório		<u>8.758</u>	<u>7.280</u>



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Os Diretores da Enel Green Paranapanema S.A. ('Companhia'), inscrita no CNPJ/MF N° 23.842.003/0001-78, com sede na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro- RJ, 29 de abril de 2022

Roberta Bonomi
Diretora - Presidente

Fabio Destefani Campos
Diretor de Operação e Manutenção

Camilo Rebollo Couto
Diretor de Construção



TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração contábil regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Outorgada: EGP Mourão S.A.

Roberta Bonomi

Diretora-Presidente

Mara Ayesha Lopez Berrios

Responsável da Administração

Camila Silva de Mello

Contadora CRC 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.



TERMO DE RESPONSABILIDADE Demonstração contábil regulatória - DCR

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Outorgada: EGP Mourão S.A.


Robert Assinado por ROBERTA BONOMI

Diretora- Presidente


Mara Ayesha Lopez Berrios AYESHA LOPEZ BERRIOS
Responsável da Administração


Camila Silva de Mello
Contadora CRC 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.